

## **TERRITÓRIOS TRADICIONAIS E REPRESENTAÇÕES LOCAIS: vidas atravessadas<sup>1</sup>**

*TRADITIONAL TERRITORIES AND LOCAL REPRESENTATIONS: lives crossed*

Eguimar Felício Chaveiro<sup>2</sup>

### **RESUMO**

Os territórios tradicionais, especificamente os indígenas do Brasil e do Cerrado goiano – objetos das reflexões deste trabalho -, sofrem, atualmente, diferentes atravessamentos. Esses atravessamentos criam pressões, tensões, conflitos e compelem os povos indígenas a desenvolverem táticas de vida que culminem em negociações territoriais. A construção de usinas; os títulos minerários; a grilagem de terras; a pressão de pastagens, de lavouras de soja, assim como do turismo, inclusive da pesquisa científica, geram, num só termo, dilapidação do patrimônio natural e cultural dos povos indígenas, como inscrevem ações de seu aliciamento. Esses pressupostos indicam interrogar: como os povos indígenas do Cerrado goiano, a partir de sua cultura e dos diferentes contextos espaciais em que se localizam, constroem os seus territórios? Este trabalho decorre de trabalhos de campos, organização de colóquios de pesquisa, discussões de grupo de estudos em torno do projeto Casadinho-CNPQ/UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS e UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – Porto Nacional-To. E pesquisas, projetos de extensões, organização de trilhas interpretativas em torno do etnoturismo. Contou-se também com conteúdos da pesquisa-CAPES “Desenvolvimento territorial e Sociobiodiversidade: perspectiva para o mundo do Cerrado...”; com pesquisas feitas junto ao DIHS/FIOCRUZ em torno do Sujeito Com Deficiência a partir do enfoque denominado “cartografias existenciais”. Contou-se ainda com colóquios de orientação, rodas de conversa e leituras intensivas feitas no interior do grupo de pesquisa-CNPQ – “Espaço, sujeito e existência”.

### **PALAVRAS-CHAVES**

Territórios tradicionais – povos indígenas - sociobiodiversidade – atravessamentos do viver

### **ABSTRACT**

The traditional territories, specifically the indigenous peoples of Brazil and from Cerrado of Goiás - object of the reflections of this work -, suffer, at present, different crossings. These crossings create pressures, tensions, conflicts and compel indigenous peoples to develop life tactics that result in territorial negotiations. The construction of power plants; mining titles; land grabbing; the pressure of grazing, soybean cultivation, as well as tourism, including scientific research, generate a dilapidation of the natural and cultural patrimony of indigenous peoples, as they inscribe actions of their

<sup>1</sup> Este trabalho resulta de palestra ministrada no NURBA IV SIMPÓSIO NACIONAL e VII SIMPÓSIO DO NURBA – Núcleo de Estudos Urbanos, regionais e agrário. O trabalho foi originado a partir da pesquisa SOCIODIVERSIDADE DO CERRADO.

<sup>2</sup> Eguimar Felício Chaveiro. Professor Dr. da Universidade Federal de Goiás – UFG. Email - eguimar@hotmail.com

decharacterization. These assumptions indicate the question: how do the indigenous peoples from Cerrado of Goiás, based on their culture and the different spatial contexts in which they are located, build their territories? This study is based on fieldwork, organization of research colloquiums, study group discussions like the partnership between public universities in Goiânia - Goiás and in Porto Nacional (TO) entitled Casadinho-CNPQ; and research, extension projects, organization of interpretive tracks around ethnotourism. There was also content from the CAPES research "Territorial development and Socio-biodiversity: perspective for the world of the Cerrado ..."; With research done with the DIHS / FIOCRUZ around the Subject with Disability from the approach called "Existential Cartographies". It was considered also colloquies of orientation, talk wheels and intensive readings accomplished inside the research group-CNPQ called "Space, people and existence".

**KEYWORDS:** Traditional territories. Indian people. Sociobiodiversity. Crossings of living

## Introdução

As reflexões em torno dos sujeitos sociais, de populações tradicionais, etnia, identidades, diversidade sociocultural, cultura ecológica, mesmo que feitas sob diferentes perspectivas teóricas e ideológicas, colocam em cena um problema de ordem concreta: a precarização do viver. A ordem filosófica pode ser problematizada: “como viver neste mundo?”. Esta pergunta, estamos certos, envolve a reflexão do território, de seus sentidos, de seus atravessamentos, de seus conflitos – e de suas possibilidades. Envolve diretamente isso: a consecução da vida.

Não são poucos os investimentos teóricos que endereçam críticas ao modo pelo qual o conhecimento científico, constituído como força produtiva afeita aos intentos da sociedade burguesa, externalizam a vida como primazia do pensamento – e de qualquer reflexão. Operadora de um mundo economicista, a ciência moderna, instrumentalista e funcional, dedicou-se, na maior parte de seus segmentos, em afirmar um modelo econômico que extingue espécies da fauna e da flora, erodir a biodiversidade, envenenar a terra e água, criar, enfim, a miséria existencial, ou o empobrecimento do vivente.

Posto isto a questão se aclara: não se deve pensar os conteúdos e os destinos sociais do conhecimento fora dos vínculos com a sociedade na qual são elaborados. Trata-se, pois, de pensar a produção social do conhecimento, suas contradições, seus conflitos e suas tensões num viés político. E, inclusive, geopolítico, pois as esferas do saber forjadas no campo científico são efetivadas numa sociedade mundializada.

Portanto, modos de conhecer, maneiras de ler e de interpretar, estilos de narrar agem num mundo concreto – a sociedade mundializada -, mediante a qual constrói a sua valência política.

Diante disso, poder-se-ia problematizar: como interpretar os territórios tradicionais no espaço/tempo do Cerrado brasileiro? Refletir e responder essa questão-problema induz-nos a averiguar as diversas maneiras com que esse tema tem sido trabalhado no interior da produção geográfica contemporânea na interface com outros campos de saber.

Para a consecução desse trabalho contou-se com trabalhos de campos, organização de colóquios de pesquisa, discussões de grupo de estudos em torno do projeto Casadinho-CNPQ/UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS e UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS – Porto Nacional-To. Contou-se também com conteúdos da pesquisa “Desenvolvimento territorial e Sociobiodiversidade: perspectiva para o mundo do Cerrado...”; com pesquisas feitas junto ao DIHS/FIOCRUZ em torno do Sujeito Com Deficiência a partir do enfoque denominado “cartografias existenciais”. Contou-se ainda com colóquios de orientação, rodas de conversa e leituras intensivas feitas no interior do grupo de pesquisa-CNPQ – “Espaço, sujeito e existência”.

O arco de relações desenvolvido com parceiros da Universidade Eduardo Mondlane- Moçambique; Fiocruz; Universidade Federal de Uberlândia; Universidade federal de Tocantins – Porto Nacional; Universidade Federal de Goiás – Jataí; Universidade de São Paulo; Universidade de Pau Et Des pays de L’adour e LABOTER (laboratório de estudos e pesquisas em dinâmicas territoriais – UFG), fez circular preocupações de ordem teórica, a partir das quais tornou-se possível construir alguns pressupostos de pesquisa.

Sublinha-se o seguinte: a vertiginosa ação destruidora da sociedade mundializada faz aproximar o modelo de acumulação capitalista às esferas do sujeito – e do vivente. Contudo, os contextos espaço-temporais, as práticas espaciais e os alicerces étnicos, a contrapelo, ao desenharem a concretude da vida, estabelecem planos de adaptações, negociações, rendições, de resistências e de conflitos. Isso requisita validar as mediações entre as esferas da ação e as esferas do domínio.

**Territórios tradicionais: caminhos de uma reflexão**

Dados do IBGE – (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) apontam que há no Brasil cerca de 305 etnias indígenas. Essas etnias falam em torno de 200 línguas. Esses dados dão a pista para uma compreensão: quando se fala em territórios tradicionais, comunidades tradicionais, identidades, etnias – ou termos semelhantes – refere-se a uma profunda diversidade do Brasil. Essa diversidade responde por vidas espessas, singulares, entrelaçadas; respondem também pela memória do país, sua múltipla cultura e também um rol de saberes e práticas espaciais.

Ao mirar esse “longo mapa étnico” – e sua grandeza cultural – e observar o modo pelo qual, especialmente os povos indígenas foram tratados desde a formação institucional do Brasil, depara-se com essa chave seminal: a existência desses povos e seus atuais conflitos e problemas são marcas genéticas; são feridas abertas do país. Trata-se, pois, de reconhecer a violência genética na construção do país; o extermínio coletivo; a dizimação; a grilagem de terras; a dissuasão de costumes, hábitos, inclusive modos de falar, de comer, de ser e estar no mundo. Pode-se sintetizar: o desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira implicou no assassinato de corpos e línguas.

Cada etnia, com o conteúdo dessas marcas – e dessas feridas -, situa-se num contexto espacial. Esses contextos gravitam em torno de problemas renitentes e apavorantes, entre os quais pode-se ver a invasão de madeireiros; a grilagem das terras, o confinamento das terras, sua fragmentação, sua redução; a intromissão do turismo de praia e sol; a pressão do agronegócio; a construção de usinas hidrelétricas; o envenenamento da terra com agrotóxicos em lavouras de soja; a diminuição das águas dos rios ou redução drástica da biodiversidade. Além disso, alguns problemas novos surgem como o suicídio, o alcoolismo, a prostituição, a proletarianização.

As pesquisas em torno dos povos indígenas do Cerrado goiano têm procurado elucidar a relação entre os contextos espaciais e as etnias. Daí surgem interrogações: não seria o processo de modernização do território e da agricultura, destinadas à expansão mundial da economia de mercado e da forma capitalista de organizar o território, a chave para se pensar o conteúdo das pressões sobre os territórios indígenas? Ou: os ímpetus e as estratégias de territorialização do capital no Cerrado goiano, transformando-o num território da economia internacional, ao atingirem os territórios indígenas, não afligem também camponeses, quilombolas, migrantes, assim como o gradiente físico-natural do território?

Feitas essas interrogações, esclarecer-se-á outro ponto da investigação: a dimensão temporal, ou seja, o cruzamento e a interface entre o tempo dos diversos lugares com o tempo do mundo alicerçam as transformações, as pressões e os problemas de cada etnia. Os espaços-tempos das diferentes etnias indígenas do Brasil contrastam com as temporalidades avassaladoras do capital que se implantou no Cerrado goiano. O esclarecimento teórico pode ser: três componentes efetivos da vida sofrem solavancos, o corpo, a terra e a cultura. Esses ingredientes alteram os modos pelos quais os povos indígenas representam a vida, a sua vida, as suas divindades, as suas espiritualidades.

“os usos que os índios fazem do seu território, bem como sobre as representações que sobre ele vieram a elaborar. O que incluí desde as práticas de subsistência (como coleta, caça e agricultura) até atividades rituais (como o estabelecimento de cemitérios ou outros sítios sagrados), passando por formas sociais de ocupação e demarcação de espaços (como a construção de habitações e a definição de unidades sociais como a família, a aldeia e a “comunidade política” mais abrangente). Por sua vez as representações sobre o território devem ser investigadas em todas as dimensões e repercussões que possuem isso atingindo não só o domínio do sagrado (onde entram as relações com os mortos, às divindades e os poderes personalizados da natureza), mas também as classificações sobre o meio ambiente e suas diferentes formas de uso e de apropriação, ou ainda as concepções sobre autoridade, poder político, relação com outros povos indígenas e a presença colonial do homem branco.” (OLIVEIRA, 1998:288).

Conforme está exposto, a compreensão da internacionalização do Cerrado goiano é válida para outros contextos espaço-temporais. Contudo, como foi enunciado, cada contexto espacial possui uma singularidade. Isso pode ser dito de outra maneira: o que está posto é uma forma hegemônica de organizar, produzir e significar o território baseada numa perspectiva economicista. Ver a terra, a cultura, o corpo e as representações pela redução economicista contrasta com o mundo indígena. Assim posto, constrói-se um entendimento: discute-se o território para compreender a vida; a vida é o elemento central da reflexão territorial.

Essa parece ser o centro da análise dos territórios tradicionais. O que desafia a pesquisa e o pesquisador, não apenas na vertente teórica e metodológica, mas no seu posicionamento, no seu comprometimento frente aos vários problemas que assolam e acometem os povos indígenas. Convém, pois, averiguar como a geografia brasileira contemporânea, ou parte dela, tem repercutido, em suas pesquisas, esta relação.

### **O assédio à cultura popular**

A mercantilização da memória, de modos de vida, do artesanato, juntamente com a estetização do que é simples ou a constituição de “modernas tradições inventadas” expressam o interesse das instituições hegemônicas, como o mercado, a universidade, o Estado pela cultura popular. Esse assédio possui vários endereços: é uma busca de parte da juventude urbana que, sob o estresse da vida urbana, acossada pela violência e pelo desamparo, procura outros modos de vida. Parte dessa juventude, notadamente das chamadas “classes médias urbanas” desenvolvem relações bucólicas.

Em outros casos, sob a vertente do turismo, os sítios patrimonializados ou os territórios tradicionais são mirados na transformação da memória em relíquias. A procura de faces e performances exóticas e diferenciadas expressam uma senha: “a novidade é o antigo”.

Há também interesses em conglomerados, por exemplo, da indústria farmacológica em apropriar-se dos saberes e das práticas milenares de povos indígenas, camponeses, quilombolas. Ao fazerem isso eliminam custos com pesquisas; registram patentes, monopolizam sementes; controlam saberes. Disso resulta uma ação geopolítica no trato com a natureza e com os saberes populares.

Esse quadro repercute na ação da ciência e das práticas da universidade brasileira: há setores que querem contribuir com a resistência dos povos tradicionais, criar modos de lhes permitir fazer inserções autônomas nas sociedades mundializadas; e outros setores que intentam decifrar “os mistérios do saber indígena” para facilitar processos de colonização, exploração e usos de sua riqueza simbólica.

No caso específico da geografia brasileira há que considerar um ponto estruturante: a profunda circulação de informações, de signos e imagens; os contatos promovidos pelos novos meios de comunicação; as novas fontes de informações como

sites, blogs, bancos de dados, arquivos eletrônicos; o apressamento e a aceleração da produção acadêmica criam o que tem sido denominado “mundo em alta voltagem”.

A profusão incessante da informação e a disputa pelo seu controle constituem um novo desenho geopolítico. O sentido pecuniário da informação, o controle geopolítico, a vigilância, a espionagem e o aceleração de sua consecução repercutem nas representações, assim como no mundo do trabalho, na velocidade dos modelos de acumulação e na vida do sujeito contemporâneo. Este que sofre uma convulsão simbólica.

Esse cenário impacta a ciência, em geral, e as ciências sociais e humanas. Um dos impactos é a dispersão do saber, a fragmentação, e também o modo plural com que os mesmos temas são analisados. Os estudos e as pesquisas direcionadas aos povos indígenas pela geografia brasileira comprovam esse tônus plural. Há estudos a partir da geografia cultural; de movimentos sociais; geografia agrária e do trabalho; da etnogeografia e da etnodemografia. Há interface, com a etnomatemática, com o etnoturismo, com a etnobotânica. E com a antropologia.

Esses estudos, mesmo que sob orientações teóricas diferenciadas e contraditórias, refazem as ações, os paradigmas e os instrumentos metodológicos. Estudos de representações, de mapas falados, técnica da imersão, de vivências e de aproximações; e diálogos entre campos de saber; organização de escutas e diálogos são constituídos e experimentados. De maneira que a geografia vai para o chão, passa a lidar com vidas concretas.

O enriquecimento do campo teórico-metodológico aproxima a ação de pesquisa à ação política. Muitos trabalhos de pesquisa ao envergarem metodologias de acolhimento e de diálogos juntam-se à extensão, abrem oportunidades para as vozes e os saberes dos Movimentos Sociais. Descortinam também um preceito filosófico: vê o ato de conhecer ligado à potência do vivido. Reconhece a experiência do viver, suas tramas, seus embaraços, suas hesitações, suas táticas e seus problemas como chave de descoberta do mundo.

Dessa mirada surge a necessidade de criar elos entre a geografia da acumulação desigual do capitalismo à geografia da experiência do viver. Observa-se que o uso, a significação da natureza, por exemplo, o impacto nas nascentes e nos rios, na mesma proporção que o desmantelamento de modos de vida de populações indígenas, de

mudança na cultura, nos gostos, na dieta alimentar são, de uma só vez, tensionados entre as relações internas dos membros étnicos.

### **Os atravessamentos do viver**

Os ímpetos da sociedade mundializada, a necessidade de expansão do mercado, as táticas de guerra dos países hegemônicos; as estratégias de monopolização dos componentes naturais dos conglomerados industriais e mercantis; o cassino global da bolsa de valores; as escusas relações entre estados e empresas privadas; a reelaboração de saberes-de-exploração; os novos dispositivos e meios que aspergem, disseminam e produzem símbolos; as crises financeiras e o aumento do desemprego estrutural; o comércio de drogas lícitas e ilícitas; a vida urbana geram impactos na vida objetiva e subjetiva do sujeito contemporâneo.

Uma nova sociabilidade emerge compondo traços de uma vida agitada, perigosa e arriscada. Se se pode afirmar que essa sociabilidade envenena os afetos, a estabilidade emocional, pois feita de outros artefatos novos de composição da vida diária, interferindo no tempo, na mentalidade, na percepção, pode-se também afirmar que os velhos problemas, como a fome, o desemprego, a desigualdade social se mantém. A matéria nova do mundo neste ítem é uma matéria velha. Isso interpela a vida, o espaço e o modo de pensar.

As críticas mecanizadas; as leituras de classes feitas na realidade do século XIX e, inclusive, os modos de organização política e ou de pensar os afetos, a sexualidade, cobram outras percepções. Mas os problemas antigos, além de serem antigos, se avolumam. As novas tensões atingem a todos os sujeitos e não deixam de adentrarem os territórios indígenas.

Problemas como a pilhagem territorial, o conflito por água e terra; a migração forçada, a urbanização de modos de vida se juntam a mercantilização do diferente – e da diferença. Como no mecanismo da sociedade da pressa as bases subjetivas e simbólicas são implicadas, problemas como o adoecimento, a violência, o estresse, a depressão, a ansiedade ou outros tipos de distúrbios atravessam o tecido social geral.

A pressão sobre as terras indígenas e suas riquezas naturais; a pressão sobre a água, sobre minérios são estendidas à cultura, ao modo de vida urbano. O

atravessamento de signos deletérios do mercado, da violência, do estrategismo, da pornografia, das vantagens individuais penetram os territórios indígenas e sua vida coletiva. Os conflitos externos replicam-se nas aldeias. Muitos desses conflitos racham as gerações; às formas de falar; dizem respeito aos preceitos e às identidades. O cacique Karajá, com dor no peito, expõe: “tem jovens aqui que tem vergonha de ser índio”.

Ao falar dos problemas atuais dos povos indígenas, Lima (2016, pag 69) diz que

“Se a violência corporal ainda incide sobre os povos indígenas que, agora, passam a ser vítimas da violência urbana, antigos problemas, tais como a demarcação de terras, ainda persistem. O pressuposto de que sem terra os povos indígenas não existem e que a luta pela terra é o centro da dignidade indígena, de sua cultura e de sua língua, desafia a sociedade brasileira

Alcoolismo, suicídio, subnutrição, migração, urbanização, depressão são problemas que acometem os povos indígenas atravessados pelos signos da sociedade mundializada. Complementando a análise a pesquisadora diz

“Os relatórios apontam que, além das pressões, da ambição de fazendeiros e da 70 violência, vários fatores mantêm o quesito “demarcação de terras” como um problema grave. Dentre esses problemas, assinalamos a ambiguidade das políticas do Estado brasileiro em servir ao grande capital e aos seus atores; pressão de fazendeiros e de industriais ou corrupção junto a funcionários do Estado; barganhas e negócios políticos entre membros do Executivo com os atores hegemônicos; processo ideológico que levam a sociedade envolvente a ter preconceitos com o modo de vida de povos indígenas, acusando-os de impedirem o progresso e a modernização de pequenos municípios; incompatibilidade entre as leis de preservação ambiental e as terras indígenas; enfraquecimento constante da FUNAI e, especialmente, redução de funcionários comprometidos com a causa indígena; morosidade jurídica no processo de demarcação (LIMA, 2016, pag 71)”.

Apesar disso, lideranças indígenas se juntam à Movimentos Sociais, instituições ambientais; setores da universidade pública; conselho indigenista missionário, camponeses, quilombolas e desenvolvem diferentes formas de resistência. Entre essas formas situam-se a educação intercultural; passeatas; pressão na FUNAI (Fundação

nacional do Índio), prefeituras, assim como oficinas de línguas nativas, de artesanato, de festas típicas. Inclusive movimentos literários, simpósios, rodas de conversa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tensões em torno de terra; grilagem; ameaças e perturbações ambientais; desastres ecológicos, epidemias, suicídios, alcoolismo, migração forçada, deslocamentos subjetivos e simbólicos, insegurança, ansiedade e depressão são problemas que afligem vários povos indígenas do Brasil. E ainda: seus saberes, suas festas, sua arte e, inclusive, o seu modo de vida, sofrem também uma espécie de aliciamento pacífico.

A contextualização espacial desses problemas marca a concretização de profundas cicatrizes do país. E marca também o modo pelo qual cada etnia age, negocia, resiste, estabelece táticas de vida, adapta-se ou contorna problemas a graus extremo, como é o suicídio.

A vertiginosa ação da sociedade mundializada que, a todo custo, tenta expandir capitais, criar uma cultura de mercado, apossar-se dos bens naturais, simbólicos e sociais, é responsável pelo atravessamento do viver indígena. O Cerrado goiano afeito a essa economia expressa os conflitos que dela originam. O assédio à cultura popular não mira apenas os povos indígenas, mas povos Kalunga, camponeses, gerazeiros.

Esse repertório desafia a pesquisa geográfica. Suscitada pelo frenesi incessante de circulação de símbolos, pelo apressamento, pelo modismo, pela ânsia de ver projetos aprovados e ter o discurso aceito nas máquinas de semiotização, de avaliação e de patrocínio, esta pesquisa se diversifica e se conflita em várias entradas e formatos teórico-metodológicos.

Tendo em vista isso consideramos a pertinência de interseccionar e estabelecer mediações entre uma geografia que investiga o território por meio do processo de acumulação e da vivência. Esse caminho reconstitui as maneiras de aproximação entre pesquisadores e territórios. Imersão, vivência, escuta, diálogo, roda de prosa, representações são meios que juntam as vivências aos escopos abstratos da teoria e do método.

Apesar das pressões e das tensões sofridas pelos povos indígenas, as pesquisas realizadas dão conta que em se tratando do território goiano, suas terras são os lugares cuja sociobiodiversidade é mais preservada e valorizada. Descobrimos também que os povos indígenas, mesmo atravessados pelos conflitos externos traduzidos internamente, possuem vivências articuladas. O mesmo se pode dizer da organização de seu tempo, das formas de representação e de sua relação com a natureza.

Ao investigar os territórios tradicionais descobre-se, também, que, embora as identidades indígenas sejam alvejadas por símbolos alhures e mercadológicos, o conhecimento de seus símbolos é determinante para a luta de seus territórios. Pode-se dizer que sem o reconhecimento – ou autoreconhecimento – identitário não há luta pelo território.

Muitos problemas possuem causas globais; têm determinações sociais acima do próprio estado nacional, isso implica em redesenhar a potência política de sua resistência. Cada vez mais exige-se um arco político solidário que, ao olhar a causa indígena, olha a causa do vivente. Desta feita, a luta pelos territórios indígenas se junta a luta dos Sem Terra, pela água, pela saúde, pela preservação da biodiversidade.

O entrelaçamento das pesquisas geográficas com outros campos de saber, como a antropologia, a biologia, a história – e outros – têm suscitado alguns desafios: como, por exemplo, estabelecer relações entre classe social e etnia? Como aglutinar os trabalhos etnogeográficos com a universalidade da cultura? Como entrelaçar modos de vida e luta política?

Esses desafios motivam o pensamento, a práxis e a criatividade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARBOSA, Altair Sales. Andarilhos da Claridade: Os primeiros habitantes do Cerrado. Goiânia: Ed. UCG, 2002.

BARBOSA, Altair Sales. Ocupação Indígena no Sistema Biogeográfico do Cerrado. In: GOMES, Horieste (Coord.). **Universo do Cerrado**. Goiânia: Editora UCG, 2008.

BARBOSA, Altair Sales; SCHMITZ Pedro Ignácio; Antônio NETO, Teixeira; GOMES Horieste. **O piar da Juriti pequena**: narrativa ecológica da ocupação humana do Cerrado. Publicado pela PUC/Goiás, 2014.

LIMA, Selvia Carneiro. **ESCRITORES INDÍGENAS E PRODUÇÃO LITERÁRIA NO BRASIL**: sujeitos em movimento. Tese de doutoramento defendida no IESA/UFG: Goiânia, 2016.

OLIVEIRA, João Pacheco (org). Indigenismo e Territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Contra Capa. 1998.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. A mundialização da agricultura brasileira. São Paulo: Iandê Editorial, 2016

PINTON, Florence; Aubertin, CATHÉRINE. Novas Fronteiras e Populações tradicionais: a construção de espaços de direitos. Revista Eletrônica Ateliê Geográfico, v. .1, n.2, 2007